

As crises do petróleo e a geoestratégia dos Estados Unidos para o Golfo Pérsico entre 1945 e 1980

The oil crisis and US geostrategy for the Persian Gulf between 1945 and 1980

DOI: [10.5752/P.2317-773X.2016v4.n2.p17](https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2016v4.n2.p17)

José Késsio Lemos¹
Cristina Carvalho Pacheco²

Recebido em: 1º de setembro de 2016
Aprovado em: 13 de janeiro de 2017

RESUMO

Em 1945, um relatório do Departamento de Estado americano afirmou que o controle do petróleo do Oriente Médio seria uma fonte prodigiosa de poder político e econômico. Esta percepção alertou a Casa Branca sobre a necessidade de proteger as futuras importações de petróleo do país. Em resposta, os EUA adotaram uma geoestratégia que consistiu no estabelecimento de um protetorado americano na Arábia Saudita e uma presença militar permanente no Golfo Pérsico. Estimulado por um cenário de Interdependência Complexa, o presente artigo oferece um panorama analítico acerca da geoestratégia dos EUA para o Golfo Pérsico entre 1945 e 1980, explorando a interseção entre a energia, a segurança e a política internacional. O objetivo será analisar a histórica relação entre o petróleo, a política externa estadunidense e a configuração geopolítica do Golfo Pérsico, a partir, não apenas, das dimensões do poder (sensibilidade e vulnerabilidade), como também caracterizando uma multiplicidade de atores. Por fim, destacamos como esta relação acabou colaborando para o desenvolvimento de um cenário marcado por disputas, guerras e instabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Estados Unidos. Golfo Pérsico. Petróleo. Geopolítica.

ABSTRACT:

In 1945, a US State Department report said that the Middle East oil control would be a prodigious source of political and economic power. This perception has warned the White House about the need to protect the future imports of oil country. The chosen strategy was the establishment of an American protectorate in Saudi Arabia and permanent military presence in the Persian Gulf. The purpose of the article is to provide an overview about the US geostrategy to the Persian Gulf between 1945 and 1980, with the theoretical tools provided by Complex Interdependence exploring the intersection between energy, security and international politics. The objective will be to analyze the historical relationship between oil, the US foreign policy and geopolitical configuration of the Persian Gulf, not only through its dimensions of power (sensitivity and vulnerability), but also with its characters, such as multiplicity of actors. Finally, we highlight how this relationship ended up contributing to the development of a scenario marked by disputes, wars and instability.

KEYWORDS: United States. Persian Gulf. Oil. Geopolitics.

1. Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e membro do Núcleo de Estudos de Política Comparada e Relações Internacionais (NEPI-UFPE). ORCID: orcid.org/0000-0002-1306-3161

2. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre e Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Professora da Graduação e do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). ORCID: orcid.org/0000-0002-1847-180X

INTRODUÇÃO

É significativa a literatura que associa a instabilidade política do Oriente Médio ao ativo engajamento político e militar dos EUA no Golfo Pérsico. O núcleo da gravidade do petróleo mundial tem atraído a presença estrangeira na região por muito tempo. Os EUA e sua estratégia de garantir o livre fluxo do petróleo do Golfo para o mercado mundial têm galvanizado uma participação ativa e permanente na região. Aos olhos dos estadunidenses, as vastas reservas de petróleo disponíveis no Golfo são consideradas elementos estratégicos para a economia e segurança do país. Afinal, a energia tem papel significativo para o desenvolvimento econômico global (YERGIN, 1991).

Na atualidade, a principal fonte de energia da economia global é o petróleo. Ele responde por 95% da energia destinada aos meios de transporte no mundo inteiro. É também um elemento fundamental para o funcionamento de todos os setores de um país, como comunicação, transporte, desenvolvimento social, qualidade de vida e operacionalização de forças militares. Assim, “a segurança energética se insere no processo de securitização das nações” (MONIÉ, BINSZTOK, 2012, p. 20). O controle das fontes de energia é uma determinante central que repousa no controle do espaço geográfico. Já o controle do território pressupõe, implicitamente ou explicitamente, uma ação política sobre a geografia – a chamada geopolítica. Portanto a questão da segurança energética é costumeiramente analisada por uma ótica geopolítica (YERGIN, 2014; KLAIRE, 2004; FUSER, 2008).

A singularidade estratégica desta temática se encontra na interseção do petróleo com a dinâmica de poder mundial. Na atualidade, é impossível separar este recurso de expressões como: política externa dos EUA, poder mundial, paz, guerra, terrorismo, antiamericanismo, mercado, corporações, economia e mudanças climáticas (YETIV, 2015, p. 02). Em 1945, um relatório do Departamento de Estado americano já alertava para a importância do Oriente Médio enquanto região produtora de petróleo. Seu controle pelos EUA seria fundamental para garantir ao país o acesso necessário ao “ouro negro”, no cenário bipolar que ali se iniciava. Quem controlasse o Oriente Médio, controlava grande parte da produção de petróleo mundial. A estratégia escolhida pelos EUA consistiu no estabelecimento de um protetorado americano na Arábia Saudita e da presença militar permanente no Golfo Pérsico.

Após a Segunda Guerra Mundial os estadunidenses perceberam que o consumo de petróleo do país e de seus aliados já não podia mais ser suprido apenas por suas reservas domésticas. Durante todo o conflito, os EUA foi o principal fornecedor de petróleo dos países Aliados. Antes mesmo do término do conflito, houve uma percepção ante os líderes americanos de que a necessidade por fontes externas de petróleo seria inevitável. A grande potência se encontrava diante de um cenário de interdependência complexa, nos moldes descritos por Keohane e Nye (2000). Neste cenário, embora os Estados ainda ocupem papel significativo na política mundial, os recursos responsáveis pela produção das capacidades de poder tornaram-se mais complexos. Duas novas dimensões precisam

ser distinguidas neste cenário: a sensibilidade e a vulnerabilidade. A sensibilidade consiste no impacto que um determinado fator externo provoca em um determinado país em termos de custo. Já a vulnerabilidade consiste nas alternativas que o mesmo país possui para resistir aos efeitos das ações externas. O documento produzido pelo Departamento de Estado já identificava, naquele momento, a sensibilidade que as grandes potências teriam diante da questão do petróleo e colocava este recurso como uma questão de segurança nacional, alçando-o à condição de elemento vital na agenda do país.

Além das dimensões do poder acima elencadas, o cenário de interdependência complexa também se caracteriza (KEOHANE, NYE, 2000): (a) pela presença de múltiplos canais de relações entre os atores, que assumem as mais variadas formas: laços informais entre as elites dos governos, entre as elites não governamentais e as organizações transnacionais (bancos multinacionais e corporações); (b) pela ausência de hierarquia entre as questões: por serem múltiplas questões, a agenda das relações entre os Estados deixa de se pautar apenas pela questão de segurança, nos termos tradicionais. Tornam-se centrais também as questões energéticas, de gerenciamento de recursos, de meio ambiente, populacional, uso do espaço e dos mares; e por fim, (c) pela diminuição do papel das forças militares. Questões de interdependência complexas não podem mais ser tratadas apenas pelo emprego da força militar. Embora ele ainda seja utilizado como elemento de barganha, principalmente na relação entre os EUA e seus aliados.

Diante deste contexto, a política energética dos EUA nos pós-guerra foi formulada com o intuito de garantir uma oferta internacional de combustíveis fósseis em resposta ao aumento do consumo do país e a diminuição da produção interna. Essa estratégia “teve como foco principal o Golfo Pérsico, onde se concentra a maior parte das reservas provadas de petróleo” (FUSER, 2013, p. 90). De início, o foco da geoestratégia energética americana recaiu sobre dois importantes países: Arábia Saudita e Irã (FUSER, 2008).

O interesse americano no Oriente Médio, em geral, e também na Arábia Saudita de maneira mais específica, teve um marco importante durante o governo de Franklin Delano Roosevelt (1933-1945). Em 1945, um memorando ao Presidente Truman escrito pelo Chefe da Divisão de Assuntos do Oriente Próximo do Departamento de Estado dos EUA, Gordon Merriam, declarou:

Na Arábia Saudita, onde os recursos de petróleo constituem uma estupenda fonte de poder estratégico e um dos maiores prêmios materiais na história do mundo, uma concessão que abrange este petróleo está nominalmente sob controle americano. (MERRIAN, 1945, p. 45, tradução nossa).

Adolf A. Berle, um dos conselheiros mais próximos de Roosevelt, particularmente em relação à construção da ordem internacional do pós-guerra, afirmou, anos mais tarde, que controlar as reservas de petróleo do Oriente Médio significaria a obtenção de um controle substancial do mundo. Já o sucessor de Roosevelt, Harry Truman (1945–1953), tornar-se-ia um dos grandes responsáveis por “abrir a porta” da política externa estadunidense para o Oriente Médio.

A geoestratégia energética dos EUA ficou evidente não apenas nos momentos subsequentes ao pós-Segunda Guerra, em que a corrida aeroespacial que se instaurou entre EUA e URSS envolvia a procura por combustíveis fósseis, como também ao longo da Guerra Fria, através das medidas tomadas pelos EUA para a região do Golfo Pérsico (MARSHALL, 2012). É exatamente neste intervalo de tempo que o presente trabalho se localiza. A proposta aqui consiste em oferecer um panorama acerca da geoestratégia dos EUA para o Golfo Pérsico nos pós-Segunda Guerra, a partir dos elementos apresentados pela Interdependência Complexa, explorando a interseção entre a energia, a segurança e a política internacional. O objetivo será analisar a histórica relação entre o petróleo, a política externa estadunidense e a configuração geopolítica do Golfo Pérsico.

A estrutura do artigo consistirá de uma introdução sobre os primeiros movimentos políticos dos EUA no Golfo Pérsico, além da análise de três momentos históricos: a) Choque do Petróleo (1973), b) A Revolução Iraniana (1979), e a c) Doutrina Carter (1980). Tais situações permitem compreender como os elementos do poder (sensibilidade e vulnerabilidade) e as características da Interdependência Complexa se expressam e se relacionam neste cenário.

.....O CORAÇÃO DO PETRÓLEO MUNDIAL E A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA.....

Demorou meio século para os EUA consolidarem sua influência no Golfo Pérsico. Este processo foi caracterizado não apenas por um comportamento intrusivo e intervencionista, mas também por momentos de maior cautela por parte do Governo central. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, tropas americanas desembarcaram na região com o objetivo de proteger a linha de suprimentos dos Aliados. Entretanto, com o fim do conflito praticamente todas as forças militares americanas se ausentaram do Golfo por vários anos. A diminuição da presença militar, no entanto, contrastou com a presença massiva das petrolíferas conhecidas como as Sete Irmãs³. O controle do comércio da região (a mais rica em petróleo do mundo) foi praticamente entregue às gigantes do petróleo. Afinal, os

3. Cartel composto pelas seguintes empresas: Standard Oil of New Jersey (EXXON), Standard Oil of New York (Mobil), Standard Oil of California (Chevron), Gulf, Texaco, BP e Shell.

países do golfo Pérsico são responsáveis por mais de um quarto da produção mundial de petróleo e por 60% das reservas provadas, o que confere à região uma importância central no mercado mundial de petróleo e na economia global (YERGIN, 2014, p. 296).

Também é no Golfo Pérsico que fica localizado o estreito de Hormuz,

[...] através do qual passam os navios-petroleiros em sua rota do golfo Pérsico em direção ao alto mar e aos mercados mundiais. Com cerca de 30km de largura em seu ponto mais estreito, Hormuz é o principal gargalo para o abastecimento global de petróleo. (YERGIN, 2014, p. 255).

Mas a importância energética da região não se reduz a isso.

Cerca de vinte navios-petroleiros passam por ali diariamente, transportando mais de 17,5 milhões de barris. É o equivalente a 20% da demanda mundial — e 40% de todo o petróleo negociado no comércio mundial. Na costa norte do estreito fica o Irã. A costa sul pertence ao Omã e aos Emirados Árabes Unidos (YERGIN, 2014, p. 255).

Quando os britânicos se retiraram do Golfo, em 1971, coube aos EUA ampliar seu protagonismo e preencher o vácuo de liderança deixado

militar à serviço dos interesses de Washington. A relação especial entre os dois países foi selada em maio de 1972, durante a visita do presidente Richard Nixon (1969-1974) e do conselheiro de segurança nacional Henry Kissinger a Teerã (LAWRENCE, 2008, p. 297).

Após o colapso da União Soviética, em 1989, o Irã e o Iraque continuaram como alvos prioritários da agenda de política externa americana. Preservar a estabilidade e independência dos estados do Golfo e conter a ameaça do radicalismo islâmico eram objetivos diluídos nas duas grandes estratégias da política externa americana: o petróleo e a contenção. A preocupação com a segurança de Israel também foi um fator de condução na política dos EUA no Oriente Médio. Essas duas arenas têm interagido umas com as outras nos últimos 50 anos.

A estratégia dos EUA no Golfo Pérsico garantiu a segurança energética do país nas últimas décadas. No entanto, o sentimento de vulnerabilidade que a dependência energética trouxe, guiou a Casa Branca por caminhos tortuosos. Muitos povos e governos da região sentiram-se explorados, até mesmo subjugados (BAHGAT, 2003; ROSS, 2015). Em consequência, houve retaliações. Uma delas ocorreu em 1973, com o choque do petróleo, que impressionou o Ocidente e levou os líderes americanos a usar pela primeira vez o termo “segurança energética”. Tal evento nada mais foi do que o reconhecimento explícito da natureza complexa, interdependente e multidimensional no qual o ouro negro passou a navegar. O petróleo, a política e a economia agora se encontravam em uma mesma interseção.

Os primeiros efeitos colaterais

4. Venezuela, Irã, Iraque, Kuwait e Arábia Saudita.

No ano de 1960 os principais países produtores de petróleo mundial⁴ criaram a OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo. A missão da instituição era coordenar e unificar as políticas de petróleo entre os países membros, a fim de garantir preços justos e estáveis para os produtores de petróleo (THE ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES, 2015). Inicialmente, a criação da OPEP foi subestimada pelo Ocidente, que pareceu não presumir os possíveis efeitos que uma articulação política dos países produtores, traduzida em uma organização internacional articulada, poderosa e estratégica, poderia trazer. No entanto, em pouco tempo a OPEP foi considerada um cartel agressivo e poderoso, capaz de abalar as economias dos países desenvolvidos.

5. Conflito decorrente da reivindicação de direitos sobre a área da Palestina por parte de judeus e árabes.

Nos primeiros anos da década de 1970, havia uma grande insatisfação dos países árabes para com os EUA. Esta era, em parte, alimentada pelo comportamento da Casa Branca ante o conflito árabe-israelense⁵. Em 1972, o rei saudita, Faisal bin Abdulaziz, chegou a alertar o presidente Nixon (1969-1974) de que, se caso não mudasse sua política em relação à Palestina, os EUA iriam sofrer retaliações no campo econômico. Os exportadores árabes, pela primeira vez, passaram a reconhecer o petróleo como um importante instrumento de poder. Deste modo, em 1973,

de posse da ‘arma do petróleo’, embargaram o produto para os países ocidentais em resposta ao apressado reabastecimento de armas, pelos Estados Unidos, a um Israel sitiado [e] abalado por um ataque-surpresa durante o Yom Kippur. (YERGIN, 2014, p. 279).

A intenção era forçar a Casa Branca a reduzir seu apoio político, econômico e militar a Israel. Nem mesmo o bom relacionamento de Washington com Riad foi suficiente para evitar o apoio dos xeques sauditas ao embargo árabe. Naquele momento, a OPEP representava 50% da produção de petróleo mundial, o que colocava muita pressão sobre as empresas petrolíferas. Em consequência, o preço do barril de petróleo disparou e chegou a quadruplicar no início de 1974⁶. O fornecimento internacional de petróleo entrou em choque.

Economicamente, o efeito do embargo da OPEP foi devastador. A estagnação econômica e o sentimento de insegurança começaram a assolar a economia americana (JENTLESON, 2010, p. 172). No entanto, as consequências do embargo foram muito além de fatores econômicos, tornaram-se também políticas. A grande dependência europeia do petróleo árabe induziu os líderes do continente a pressionar Washington para que mudasse sua política em relação ao Oriente Médio (CRANE, 2009, p. 27). Todavia, os EUA decidiram não negociar com os árabes produtores de petróleo. Ao invés disso, dirigiram seus esforços diplomáticos em prol de um acordo entre Egito, Síria e Israel. Esta iniciativa diplomática resultou, em 1974, nos acordos de *Camp David*. Para os países árabes membros da OPEP⁷, os acordos representaram progressos importantes na questão árabe-israelense.

Apesar de o embargo ter encorajado iniciativas diplomáticas americanas no Oriente Médio, ele não atingiu todos os objetivos almejados. Os acordos de *Camp David* mantiveram a Europa e os EUA alinhados acerca das políticas para o Oriente Médio, diminuindo a pressão dos europeus sobre os líderes estadunidenses (CRANE, 2009, p. 27). Além disso, o embargo não alterou substancialmente a posição americana ante o conflito árabe-israelense. Ao perceber que os EUA não estavam dando sinais de mudança em relação à sua política para a região, a Arábia Saudita decidiu forçar a OPEP a repensar o embargo, objetivando evitar “azedar” ainda mais suas relações com os EUA (CRANE, 2009, p. 28). Por efeito, em março de 1974, o embargo foi suspenso. No seio da política americana, porém, o embargo expôs uma faceta preocupante da estrutura político-econômica do país: a condição de grande vulnerabilidade na qual o país estava inserido.

Uma potência vulnerável

No final da Segunda Guerra Mundial, o consumo anual de petróleo nos EUA disparou: passou de 1,8 bilhões de barris em 1945, para 5,4 bilhões em 1971. Inicialmente, grande parte desse petróleo vinha de fontes domésticas. Todavia, a partir 1955, uma parcela cada vez maior desse consumo precisou ser suprida por importações. No final da década de 1950, 10% do petróleo consumido nos EUA já era importado. Em 1973, esse percentual já estava na casa dos 30%. Deste total, 13% vinha da região do Golfo Pérsico (U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015). Percebe-se nitidamente que as sugestões feitas pelo departamento de Estado norte-americano em 1944, havia se tornado a tônica da estratégia geopolítica dos Estados Unidos para o Oriente Médio:

6. O preço do barril do petróleo antes do embargo girava em torno de \$ 2,90. Em janeiro de 1974, o barril já estava custando \$ 11,65.

7. Venezuela, Irã, Iraque, Kuwait e Arábia Saudita.

A fim de assegurar a adequação das exigências militares e civis das reservas estrategicamente disponíveis, deve-se adotar uma ampla política de conservação das reservas de petróleo do Hemisfério Ocidental. Em vez de exportar petróleo de fontes do Hemisfério Ocidental para outros mercados, os Estados Unidos devem promover a expansão substancial e ordenada da produção nas fontes de suprimento do Hemisfério Oriental, principalmente no Oriente Médio. (U.S. DEPARTMENT OF STATE *apud* KLARE, 2004, p. 651, tradução nossa).

No entanto, a crise do petróleo de 1973 tinha “fornecido a prova de que a era da autossuficiência energética dos Estados Unidos já havia chegado ao fim” (YERGIN, 2014, p. 281). A grande potência mundial agora estava imersa em uma conjuntura de vulnerabilidade. Afinal, o choque do petróleo havia gerado “surpresa, pânico, caos, escassez e desarranjo econômico no mundo inteiro” (YERGIN, 2014, p. 281). Mais do que danos materiais, o embargo transformou-se em um trauma psicológico. O racionamento de combustível e as enormes filas formadas nos postos de venda evidenciaram uma dura realidade: a fragilidade dos EUA não estava mais sendo revelada pela URSS ou pela Europa, mas por países do chamado “Terceiro Mundo” (JENTLESON, 2010). Neste momento, o petróleo transforma-se, em definitivo, em um importante instrumento de barganha na política internacional. Devido a isso, o embargo expôs um dos principais desafios que confrontava a política externa estadunidense para o Oriente Médio: equilibrar as exigências contraditórias de um apoio irrestrito à Israel e a preservação de laços estreitos com as monarquias árabes produtoras de petróleo (MILESTONES, 2015). A missão não era das mais fáceis.

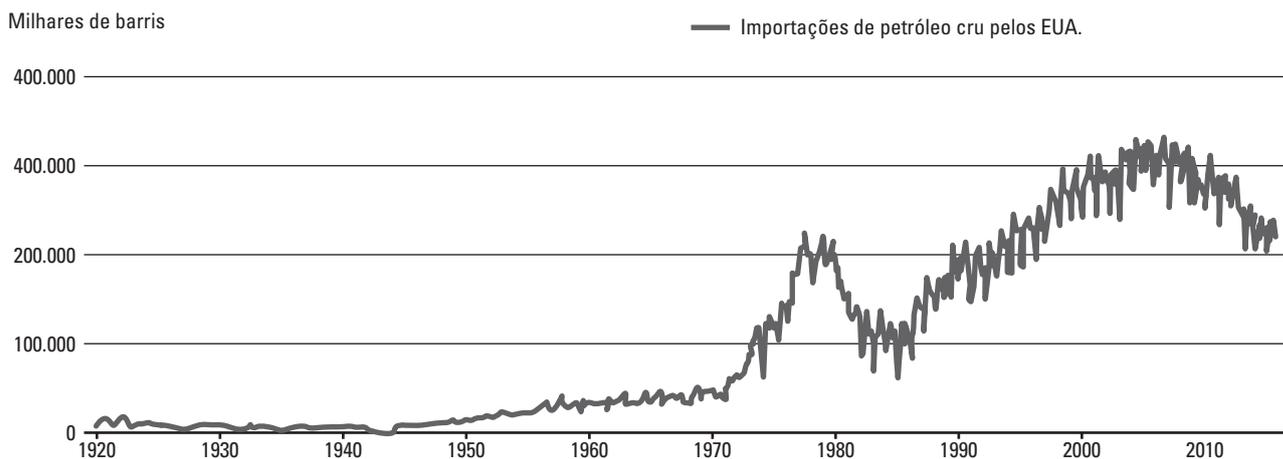
Diante desse cenário, e mais precisamente, em 25 de novembro de 1973, quatro semanas após o embargo da OPEP, Richard Nixon lançou o “Projeto Independência 1980”:

O que eu chamei de Projeto Independência 1980 é uma série de planos e metas estabelecidos para assegurar que até o final desta década, os americanos não terão que depender de qualquer fonte de energia além de nossa própria (NIXON, 1973, tradução nossa).

As medidas adotadas por Nixon consistiram, primordialmente, em esforços para a conservação de energia e o desenvolvimento de novas fontes domésticas (MILESTONES, 2015). A América precisava se livrar das garras da dependência estrangeira. Na ocasião, Nixon utilizou a expressão “segurança energética” pela primeira vez. A energia transformou-se em um elemento central na retórica presidencial norte-americana. A íntima ligação entre o petróleo, o desenvolvimento e a segurança nacional, agora, estava evidente: “As considerações de segurança e economia estão inevitavelmente ligadas e a energia não pode ser separada de nenhuma das duas”, afirmou Nixon em um dos seus discursos. (NIXON, 1974, tradução nossa).

Contudo, em termos objetivos, o Projeto de Independência 1980 não surtiu grandes efeitos. Como pode ser visto na Figura 1, a despeito dos momentos conturbados da década de 1980, que contribuíram para a diminuição da oferta no mercado mundial de petróleo, o volume das importações americana aumentou. A dependência se agravou.

Apesar disso, a iniciativa do presidente estadunidense se tornou um marco na política energética americana, pois ela representou o reconhecimento da vulnerabilidade do país ante a dependência do petróleo



estrangeiro. Logo, a expressão “segurança energética” não se limitou aos discursos de Nixon, mas “continuou fazendo parte do vocabulário político desde então. Todos os presidentes desde Nixon, invocaram a independência energética como um objetivo fundamental de seu governo” (YERGIN, 2014, p. 280).

A Administração Nixon também teve um papel importante na criação da Agência Internacional de Energia, proposta pelo Secretário de Estado, Henry Kissinger, em dezembro de 1973. No *International Energy Treaty*, tratado que oficializou a criação da agência, foram explicitadas “as diretrizes para um novo sistema de segurança energética elaborado para lidar com crises de abastecimento e evitar futuras concorrências prejudiciais” (YERGIN, 2014, p. 282). O acordo também “proporcionava coordenação entre os países industrializados no caso de interrupções no abastecimento e encorajava o paralelismo e a colaboração entre suas políticas energéticas” (YERGIN, 2014, p. 282). A Agência Internacional de Energia criou um modelo de segurança energética que buscou mitigar novas ameaças da OPEP, através da coordenação e distribuição emergencial de suprimentos em situações de escassez e através da criação de reservas estratégicas de petróleo por parte de seus membros. Os arranjos firmados em 1974 foram postos à prova cinco anos mais tarde. A Revolução Iraniana, em 1979, comprometeria o abastecimento de petróleo no mundo, mais uma vez.

Figura 2 – Importação estadunidense de petróleo cru (1920-2014)

Fonte: U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015b.

DO XÁ AO AIATOLÁ

O Irã é um dos países mais antigos do mundo. Localizado na região do Oriente Médio, o país faz fronteira com Turquia (Oeste), Azerbaijão, Turcomenistão (Norte), Afeganistão e Paquistão (Leste). Descendentes do império persa, os iranianos se orgulham de suas raízes e de sua história. O país é considerado o “bastião do islã xiita, o desviante tenso e estridente da ortodoxia sunita” (CALVOCORESSI, 2011, p. 377). Sua singularidade cultural alimenta a premissa de que o país faz parte do Oriente Médio, mas não faz parte do mundo árabe. No século XX, o descobrimento de enormes jazidas de petróleo transformou o país em objeto de desejo das grandes potências mundiais. As tensões alimentadas pela

8. Título de Monarca herdado do império persa; o Rei iraniano.

consequente interferência externa no país, acabou fomentando na década de 1970, uma das maiores revoluções sociais de que se tem conhecimento: a Revolução Iraniana.

Nos últimos meses de 1978, as ruas das principais cidades iranianas estavam imergidas no caos. A brutalidade da repressão das forças policiais do governo não conseguia deter a fúria e a determinação de um povo inconformado (COGGIOLA, 2007). Seu líder, o Xá⁸ Reza Pahlevi (1941-1979), era acusado de exaurir as riquezas do país através de um reinado luxuoso, e de seu ambicioso projeto de militarização do país. Além disso, o Xá sufocava brutalmente qualquer oposição ao seu governo através de uma temível polícia secreta – a SAVAK. Todavia, em 1979 a insatisfação popular ultrapassou as fronteiras do poderio repressor de Pahlevi, transformando-se em uma revolução. Liderados pelo carismático aiatolá Khomeini, os revoltosos tomaram o poder e criaram um novo governo alicerçado no Islã. A revolução tinha como núcleo a saturação do choque entre os princípios islâmicos e a secularização ocidental. Afinal, as reformas sociais realizadas por Pahlevi foram vistas pelos religiosos como uma tentativa de ocidentalizar o país às custas do enfraquecimento do islã (JANUARY, 2008). Para Khomeini,

[...] as modernas relações internacionais guiadas pelos procedimentos adotados em Vestefália, repousavam sobre fundamentos falsos porque ‘as relações entre nações deveriam se apoiar em bases religiosas’ e não sobre os princípios do interesse nacional” (KHOMEINI *apud* KISSINGER, 2015, p. 100).

Ademais, a “aversão de Khomeini pelo Xá, que o exilara em 1963, era semelhante ao seu ódio por Israel e pelos Estados Unidos” (YERGIN, 2014, p. 311). Este último, passou a ser tratado como o inimigo implacável – o “Grande Satã”.

Alguns meses após sucumbir e fugir do país, Pahlevi foi recebido nos EUA para realizar o tratamento de um câncer. No Irã, o ato foi visto como uma tentativa do Xá de retomar o poder com a ajuda do governo americano. Em resposta, grupos revoltosos tomaram a embaixada dos EUA em Teerã, fazendo 52 diplomatas americanos reféns por mais de um ano. As tensões entre os dois governos chegaram à níveis alarmantes. Os discursos inflamados de Khomeini prendiam a memória dos iranianos a um passado recente, no qual a CIA e o serviço secreto britânico planejaram o golpe que colocou o Xá no poder. O golpe ficou conhecido como Operação Ajax.

As raízes da Revolução Iraniana

O governo que precedeu a ditadura de Reza Pahlevi era encabeçado por Mohammed Mossadegh (1951-1953). Adepto do nacionalismo árabe, Mossadegh chocou o Ocidente ao nacionalizar o petróleo iraniano, em 1951. Na época, a britânica *Anglo-Iranian Oil Company* “detinha o monopólio dos campos de petróleo comprovados do Irã, e da qual o próprio governo britânico possuía uma quantidade considerável de ações” (CALVOCORESSI, 2011, p. 378). A nacionalização chocou a imprensa ocidental. Executivos ingleses que trabalhavam no país foram expulsos, revoltando o governo britânico. Uma crise logo se instaurou.

As relações diplomáticas entre os dois países foram suspensas. Na busca por uma solução, os ingleses levaram o caso para o Tribunal de Justiça de Haia. Com o apoio dos russos, Mossadegh assegurou que a questão era assunto de política interna, e que a autodeterminação do povo iraniano deveria ser respeitada. Tal discurso foi bem recebido pelo Tribunal, que acabou concluindo que não tinha competência para julgar a denúncia da Grã-Bretanha. Mediante o fracasso britânico no Tribunal de Haia, os EUA procuraram tomar proveito da situação, e se envolveram diretamente nas negociações.

Conseqüentemente, o governo britânico articulou um intenso embargo ao petróleo iraniano. A ativa participação dos países ocidentais no boicote deixou a economia do Irã à beira da ruína. Os cofres vazios acabaram gerando grande instabilidade social no país. Houve confrontos entre os grupos pró-Xá e os que apoiavam Mossadegh. Em Washington, o presidente americano Eisenhower “foi convencido pelo escritório da CIA em Teerã [...] que o Irã estava entrando em ebulição e prestes a cair na órbita soviética, o que poderia significar uma crise no abastecimento de petróleo” (COGGIOLA, 2007, p. 14). Logo, Eisenhower decidiu agir.

Em 19 de Agosto de 1953, provocadores pagos com dólares e oficiais comprados com promessas de cargos marcharam à casa de Mossadegh. O primeiro-ministro fugiu e o escolhido dos britânicos, general Zahedi, assumiu em seu lugar. O Xá, que se encontrava refugiado em Roma desde o início da instabilidade política, foi chamado para retornar. O papel dos EUA no golpe, conhecido internamente na CIA como “Operação Ajax”, só se tornaria público décadas depois do fato consumado. (COGGIOLA, 2007, p. 15).

Deste modo, em 1953, Reza Pahlevi assumiu o controle do país. Rapidamente ele conseguiu reestabelecer a ordem política e social. Sem demora, Eisenhower (1953-1961) foi à Teerã afim de reorganizar o setor petrolífero iraniano. Foi dele a iniciativa de organizar uma conferência internacional que, em dezembro de 1953, levou à criação de um consórcio controlado por grandes empresas estrangeiras – britânicas, americanas e francesas. O acordo concedia a divisão igualitária dos lucros entre as empresas e o governo iraniano. Nos anos seguintes, o setor petrolífero do Irã teve grande desenvolvimento. Logo, o petróleo do país voltou a circular pelo Ocidente.

Ao restituir o Xá ao trono, em 1953, os EUA puderam instrumentalizar o Irã como uma força estabilizadora do Golfo Pérsico. Por causa da Guerra do Vietnã (1959-1975), o envio de forças navais e tropas para a região tornou-se inviável. Portanto, o preenchimento do vácuo militar no Golfo precisou ser realizado por outros meios (HAKES, 2008). A estratégia foi tornar o Irã seu mais forte aliado militar no Oriente Médio. Para isto, a indústria bélica norte-americana passou a direcionar cada vez mais armamentos para o país. Entre os anos de 1973 e 1978, a venda de armas para o Irã representou cerca um terço de todas as vendas realizadas pelos EUA. As transações movimentaram mais de 2 bilhões de dólares por ano (YETIV, 2008, p. 31).

A importância geopolítica do Irã incluía suas fronteiras com a URSS e com o Iraque. Os EUA temiam que o Iraque pudesse ameaçar tanto Israel como os campos de petróleo do Kuwait e da Arábia Saudita (HAKES, 2008, p. 91). Entre 1972 e 1979, a estratégia americana

de militarizar o Irã foi bem-sucedida. A presença de uma força militar abastecida e apoiada pelos americanos possibilitou a contenção da influência Soviética no Golfo, que estava materializada em sua aliança com o Iraque (YETIV, 2008, p. 33-34). Vale dizer, os EUA usaram o Irã para conter o Iraque, evitando que a influência soviética alcançasse os demais países do Golfo.

Apesar do êxito momentâneo, o aspecto negativo da ingerência americana no Irã seria enorme (STONE, 2015). O suporte da Casa Branca ao desastroso governo do Xá, acabou revoltando os cidadãos de um país até então orgulhoso. A retaliação pode ter levado mais de 25 anos para se manifestar, mas, em 1979, ela aconteceu. Farto de eleições fraudadas e da repressão da SAVAK, o povo se revoltou e acolheu a revolução islâmica liderada pelo aiatolá Khomeini, destituindo o Xá do poder. O golpe iraniano contaminou as relações americanas com o povo iraniano por mais de 35 anos (STONE, 2015).

Não obstante, a Revolução Iraniana transbordou as fronteiras do país e acabou comprometendo a relação com o seu vizinho Iraque. O apoio da recém-criada República Islâmica do Irã à parcela xiita que habitava o Sul do Iraque, foi vista por Saddam Hussein como uma intervenção externa contra a soberania do país. O governo de Saddam era secular e sunita, portanto, Saddam enxergava o governo xiita iraniano com grande desconfiança. Logo, as relações entre Irã e Iraque começaram a se deteriorar. Em 22 de setembro de 1980, os dois países entraram em guerra.

Em consequência, a revolução iraniana e a guerra Irã-Iraque provocaram a queda na produção de petróleo e o aumento substancial nos preços do produto. O Irã era o segundo maior produtor de petróleo do mundo – atrás apenas da Arábia Saudita. Dos 5,5 milhões de barris produzidos por dia, 4,5 milhões eram exportados. Em novembro de 1978, durante a revolução, uma grande greve nacional fez a produção iraniana cair para menos de um milhão de barris por dia (YERGIN, 1991, p. 678). Não obstante, com a ascensão de Khomeini ao poder, o novo governo decidiu anunciar que o país não negociava mais com o consórcio de empresas ocidentais, e que não firmaria contratos de logo prazo, mas ofereceria seu produto no “mercado livre” à preços mais altos dos que o da OPEP (COGGIOLA, 2007, p. 48). O controle da indústria petrolífera iraniana, mais uma vez, foi tirado das mãos das empresas ocidentais. Técnicos e funcionários estrangeiros tiveram que deixar o país. Consequentemente, a produção de petróleo despencou (ver Figura 2). A guerra contra o Iraque (1980-1988) também afetou a indústria iraniana. A invasão de Saddam Hussein ao país, em 1980, resultou em “prejuízos ao transporte no Golfo e o fechamento, por parte do Irã, do Estreito de Ormuz” (CALVOCORESSI, 2011, p. 389).

A indústria de petróleo iraniana nunca mais foi a mesma desde a Revolução de 1979. O fim da guerra contra o Iraque em 1988 possibilitou ao país até ganhar um novo fôlego. No entanto, as sanções internacionais aplicadas após 1979 e a falta de investimentos estrangeiros na indústria petrolífera local têm impedido o país de alcançar os mesmos níveis de produção conseguidos no período pré-revolução.

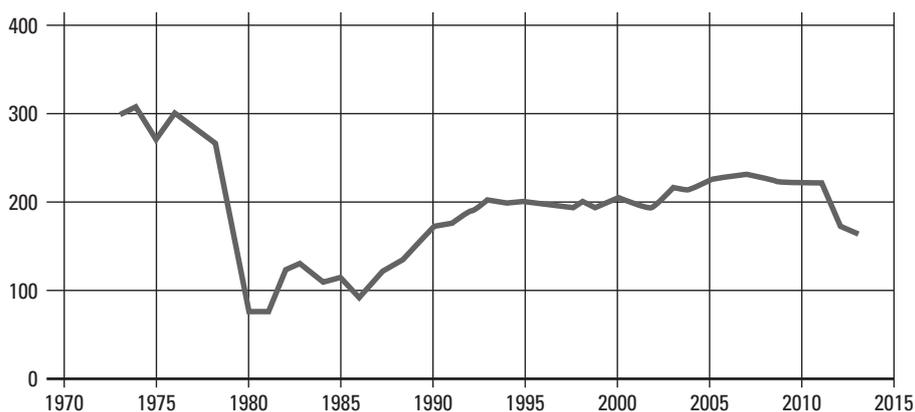


Figura 3 – Produção de petróleo no Irã (1973-2013) (em Mtoe)

Fonte: International Energy Agency, 2015

A Doutrina Carter

As reviravoltas ocorridas na década 1970 elevaram a importância geopolítica do Oriente Médio. O choque do petróleo, a revolução iraniana, o sequestro dos diplomatas americanos e a invasão soviética no Afeganistão - em finais de 1979 (que será visto mais a frente), provocaram uma remodelação na política externa americana para a região. Em janeiro de 1980, o presidente Jimmy Carter (1977-1981) foi enfático ao alertar que os EUA usariam a força, caso houvesse alguma tentativa de impedir o fluxo de petróleo na região do Golfo Pérsico. Nascia, portanto, a Doutrina Carter. Esta, significou um

[...] esforço da Casa Branca para retomar a iniciativa política no Oriente Médio e marcar uma atitude de firmeza dos EUA diante um duplo desafio: 1) assegurar o controle das reservas de petróleo do Golfo Pérsico, e 2) reagir à ação militar da URSS na Ásia Central. (FUSER, 2006, p. 27).

Até o final da década de 1970, o controle do fluxo de petróleo no Golfo era feito através de meios indiretos, sem empregar diretamente o uso de força militar. Os *policymakers* estadunidenses haviam se apoiado em “uma ambígua parceria com a Grã-Bretanha e, depois, na aliança com o Irã e a Arábia Saudita – a estratégia dos ‘Dois Pilares’” (FUSER, 2006, p. 27). Contudo, a missão agora não era das mais fáceis. Afinal, todo “o sistema político-militar iraniano, apoiado pelo imperialismo ocidental desde 1953, ruíra” (COGGIOLA, 2007, p. 38). Os EUA e o Ocidente haviam perdido um de seus aliados mais estratégico na região. Afinal, o Irã era uma importante fonte de petróleo tanto para os EUA, como para a Europa e o Japão.

Dessa forma, a Doutrina Carter objetivou garantir o abastecimento do petróleo do Golfo para o Ocidente, além de conter um possível efeito dominó, já que o êxito da Revolução Iraniana poderia inspirar outros movimentos de emancipação política na região. Sendo assim, Carter “assinou uma mudança na política de segurança em relação ao Golfo Pérsico, que passou a ser encarado como uma região prioritária, destinada a ficar sob o controle e a proteção direta dos EUA” (FUSER, 2006, p. 28). Ademais, a invasão da URSS no Afeganistão, em 1979, aterrorizou os estrategistas americanos. Na visão deles, este poderia ser o primeiro passo para a expansão da influência soviética no Golfo Pérsico. Caso a ofensiva soviética prosseguisse, dando aos soviéticos o controle sobre as vastas reservas de petróleo do Golfo, isto poderia significar um grande aumento

da influência comunista na Europa e no Japão, já que estes eram mais dependentes do petróleo do Golfo do que os próprios americanos (HAKES, 2008, p. 93). Devido a isto, como percebido nas palavras do presidente Carter, a reação norte-americana foi enfática:

Vamos deixar absolutamente clara a nossa posição: qualquer tentativa de uma força externa de obter o controle da região do Golfo Pérsico será considerada um ataque aos interesses vitais dos Estados Unidos da América, e esse ataque será repellido por todos os meios necessários, inclusive a força militar. (CARTER *apud* FUSER, 2006, p. 28).

Portanto, o anúncio da Doutrina Carter, mais do que nunca, definiu o petróleo do Golfo como elemento vital para os interesses dos EUA no Golfo Pérsico. A predisposição de agir militarmente caso o seu fluxo fosse interrompido foi uma mensagem clara, direcionada àqueles que haviam desafiado o poderio americano na década anterior: OPEP, Irã e URSS. O presidente americano Jimmy Carter deixou a presidência americana em 1981. Todavia, sua doutrina permanece orientando os líderes norte-americanos por muito tempo.

Considerações finais

Os anos que sucederam o término da Segunda Guerra Mundial significaram um período de grande movimentação no tabuleiro da geopolítica mundial. EUA e URSS travavam um intenso embate geopolítico. Era a Guerra Fria. A manutenção do tema segurança no topo da agenda internacional fez da preocupação com recursos estratégicos uma constante. Nesse processo, o acesso a recursos energéticos era de grande relevância para um possível desequilíbrio na balança de poder. Desta forma, tornaram-se prioritários os esforços do governo norte-americano em evitar que as recém descobertas jazidas de petróleo na região do Golfo chegassem às mãos soviéticas, fato que poderia significar uma reconfiguração das relações entre os EUA e os países europeus. Estes eram dependentes do petróleo do Golfo. Portanto, caso a URSS passasse a controlar as “torneiras” do petróleo da região, teria muito mais poder político, o que permitiria atrair importantes países para a sua esfera de influência.

Nestes termos, em 1945, um relatório do Departamento de Estado americano afirmou que o controle do petróleo do Oriente Médio seria uma fonte prodigiosa de poder político e econômico. O relatório foi uma resposta às tensões políticas do final da guerra, e também ao rápido crescimento no consumo dentro dos EUA, que elevou a crença estadunidense de que a dependência energética do petróleo estrangeiro se tornaria inevitável. O país nesse momento se encontrava diante de um cenário de interdependência complexa, nos moldes descritos por Keohane e Nye (2000). Nesse contexto, os recursos responsáveis pela produção das capacidades de poder se tornaram mais complexos, trazendo à tona uma percepção de vulnerabilidade e sensibilidade na grande potência mundial.

Esta percepção alertou a Casa Branca sobre a necessidade de proteger as futuras importações de petróleo do país. A estratégia escolhida

consistiu no estabelecimento de um protetorado americano na Arábia Saudita e da presença militar permanente no Golfo Pérsico. Por conseguinte, a partir da década de 1950 o Oriente Médio estava dominado, não pelos britânicos nem por qualquer outro império, mas pela geoestratégia dos EUA e pela presença marcante das petrolíferas americanas.

No entanto, o poderio americano logo se deparou com um importante desafio. Uma onda nacionalista começou a brotar no seio dos países árabes exportadores de petróleo. O primeiro episódio envolvendo a nacionalização de concessões petrolíferas ocorreu no Irã em 1951. Na ocasião, o presidente eleito Mohammed Mossadegh nacionalizou a produção de petróleo do país – antes era explorado por empresas britânicas. Neste momento de crise os EUA perceberam uma oportunidade para maximizar seus interesses na região. Através de uma ação conjunta com os britânicos, logo a situação no Irã seria revertida. Em 1953, um golpe de Estado destituiu Mossadegh e entregou o poder ao Xá Reza Pahlevi – aliado norte-americano. Em consequência, as empresas estrangeiras voltaram a assumir o controle do petróleo iraniano e logo o fluxo do produto voltou a fluir para as economias ocidentais. No entanto, a natureza ditatorial do novo governo acabou gerando uma profunda insatisfação na sociedade iraniana que acabou culminando na Revolução Iraniana de 1979. Este acontecimento contaminou a relação do Irã com os EUA por mais de três décadas.

Apesar no sucesso inicial no objetivo americano de sufocar a onda nacionalista e garantir o acesso de suas petrolíferas às reservas de petróleo do Golfo Pérsico, em 1973 uma nova reação veio à tona – desta vez mais forte e ameaçadora. A criação da OPEP, em 1960, institucionalizou a articulação dos países exportadores de petróleo visando uma maior participação nos lucros oriundos do petróleo. Tal articulação acabou culminando na interrupção do fornecimento do petróleo por parte dos países produtores como retaliação ao apoio dos EUA e de seus aliados a Israel durante a guerra do Yom Kippur. O choque do petróleo de 1973 teve um impacto devastador sobre as economias dos países desenvolvidos. Além disso, provocou um sentimento de vulnerabilidade que acabou resultando em políticas cada vez mais intrusivas por parte de Washington em todo o Golfo Pérsico.

A partir de então, uma mistura de diplomacia, golpes de Estado, guerras e corrupção fizeram da região um caldeirão de instabilidade política, econômica e social. A intervenção estadunidense no Golfo causou efeitos colaterais amargos, além de ter drenado dos EUA tempo, dinheiro e atenção. Não obstante, os choques de petróleo da década de 1970 reposicionou a segurança energética na mente dos estrategistas e *policymakers* norte-americanos. Em nome da segurança e do interesse nacional, o país passou a carregar o fardo de polícia da região, de garantidor do livre fluxo do petróleo do Golfo para as economias ocidentais. Tal comportamento drenou dinheiro, forças militares e recursos políticos em período relativamente longo. A vulnerabilidade que a dependência do petróleo estrangeiro trouxe ao país condicionou os movimentos políticos da Casa Branca e afetou diretamente a geopolítica do Oriente Médio.

Referências

- BAHGAT, G. **American oil diplomacy in the Persian Gulf and the Caspian Sea**. Gainesville: University Press of Florida, 2003.
- CALVOCORESSI, P. **Política Mundial a partir de 1945**. 9. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.
- COGGIOLA, O. **A revolução Iraniana**. São Paulo: UNESP, 2007.
- CRANE, K. et al. **Imported Oil and U.S. National Security**. Santa Mônica: RAND, 2009.
- FUSER, Igor. **Petróleo e poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico**. São Paulo: UNESP, 2008.
- FUSER, I. **O petróleo e a política dos EUA no Golfo Pérsico: a atualidade da Doutrina Carter**. 2006. *Lutas Sociais*. São Paulo, n. 17/18, p. 23-37.
- FUSER, I. **Energia e Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- HAKES, J. **A Declaration of energy independence: how freedom from foreign oil can improve national security, our economy, and the environment**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2008.
- JANUARY, B. **The Iranian Revolution**. Minneapolis: Twenty-First Century Books, 2008.
- JENTLESON, B. W. **American Foreign Policy: the dynamics of choice in the 21st century**. 4. ed. New York: W.W Norton & Company, 2010.
- JUHASZ, A. **A tirania do petróleo: a mais poderosa indústria do mundo e o que pode ser feito para detê-la**. São Paulo: Ediouro, 2009.
- KLARE, M. T. **Blood and Oil: The Dangers and Consequences of America's Growing Dependency on Imported Petroleum**. New York: Metropolitan Books, 2004.
- KEOHANE, R. NYE, J. S. Realism and Complex Interdependence. IN: LINKLANE, A. (Ed.) **International Relations**. Vol. II. Florence: Routledge, 2000, p. 718-731.
- KISSINGER, H. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- LAWRENCE, G. P. **The Persian Gulf in History**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- MARSHALL, A. G. **The U.S. Strategy to Control Middle Eastern Oil: "One of the Greatest Material Prizes in World History"**. Disponível em: <<http://andrewgavinmarshall.com/2012/03/02/the-u-s-strategy-to-control-middle-eastern-oil-one-of-the-greatest-material-prizes-in-world-history/>> Acesso em 09 jul. 2015.
- MERRIAN, G. **Draft Memorandum to President Truman. 1945**. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1945v08/d20#fn:1.3.2.2.14.9.14.2.2>> Acesso em 02 jan. 2017.
- MILESTONES. **1969–1976: Oil Embargo**. Disponível em: <<https://history.state.gov/milestones/1969-1976/oil-embargo>> Acesso em 07 jul. 2015.
- MONIÉ, F.; BINSZTOK, J.. **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.
- NIXON, R. **Address to the Nation About National Energy Policy** (November 25, 1973). Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=4051>>. Acesso em 15 nov. 2015.
- NIXON, R. **Remarks at a Working Dinner of the Washington Energy Conference** (February 11, 1974). Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=4347>>. Acesso em 18 nov. 2015.
- PAINTER, D. **Oil and American Century**. New York: The Johns Hopkins University Press, 1986.
- ROSS, M. L. **A maldição do petróleo: como a riqueza petrolífera molda o desenvolvimento das nações**. Porto Alegre: CDG, 2015.
- STONE, O. **Untold History of The United States**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=arfpL93j5t4>>. Acesso em 20 nov. 2015.
- THE ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES. **Annual Statistical Bulletin**. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/en/publications/202.htm>. Acesso em 13 dez. 2015.
- U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **U.S. Imports from Persian Gulf Countries of Crude Oil and Petroleum Products**. Disponível em: <<http://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=p&s=mttimuspg2&f=a>>. Acesso em 03 jul. 2015.
- U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **US Imports of Crude Oil**. Disponível em: <<https://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=p&s=mcrimus1&f=m>>. Acesso em: 15 dez. 2015b.

YERGIN, D. **A Busca: energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

YERGIN, D. **The prize: the epic quest for oil, money, and power**. New York: Simon & Schuster, 1991.

YETIV, S. A. **Myths of the Oil Boom: American National Security in a Global Energy Market**. New York: Oxford University Press, 2015.

YETIV, S. A. **The absence of grand strategy: the United States in the Persian Gulf, 1972-2005**. Baltimore: the Johns Hopkins University Press, 2008.

